



Projeto de Voto de Condenação n.º 476/XVII/1.^a

Condenação pela aprovação de lei israelita que institui a pena de morte com carácter discriminatório contra palestinianos

Exposição de motivos:

Na passada segunda-feira, 30 de março, o parlamento israelita aprovou, com 62 votos a favor e 48 contra, uma lei que estabelece a pena de morte, por enforcamento, como punição por defeito para palestinianos condenados por ataques mortais classificados como “atos de terrorismo”. A votação contou com o voto favorável do Primeiro-Ministro Benjamin Netanyahu e a iniciativa foi promovida pelo Ministro da Segurança Nacional, Itamar Ben Gvir, da extrema-direita. A lei rompe diretamente com uma prática de mais de seis décadas, já que desde a execução de Adolf Eichmann, em 1962, que Israel não aplicava a pena de morte.

Esta aprovação representa um grave retrocesso para os Direitos Humanos, desde logo pela intenção de regresso à aplicação da pena de morte, mas também porque o diploma consagra uma dualidade jurídica de carácter discriminatório. Nos tribunais militares, que têm jurisdição exclusiva sobre os palestinianos da Cisjordânia ocupada, a pena de morte torna-se a sanção aplicável por defeito, cabendo aos juízes justificar expressamente qualquer desvio. Nos tribunais civis, que julgam cidadãos israelitas, incluindo palestinianos com cidadania israelita e residentes de Jerusalém Oriental, os juízes mantêm o poder discricionário de escolher entre a pena de morte e a prisão perpétua.

Compreensivelmente, esta arquitetura legal suscitou imediata preocupação na comunidade internacional, tendo os Ministros dos Negócios Estrangeiros de França, Reino Unido, Alemanha e Itália emitido uma declaração conjunta¹ classificando a lei como “*de facto* discriminatória” e rejeitando a pena

¹ [Joint Statement of Foreign Ministers of Germany, France, Italy and the United Kingdom – Bill expanding application of death penalty in Israel \(March 29, 2026\) - Ministry for Europe and Foreign Affairs](#)

de morte por ser eticamente inaceitável. Também o Conselho da Europa, pela voz do seu Secretário-Geral Alain Berset, qualificou-a como um "grave retrocesso"² e a Presidente da Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa alertou que esta lei "compromete gravemente o estatuto de observador" que o Knesset detém desde 1957, estando prevista uma discussão formal para 22 de abril em Estrasburgo. Neste mesmo sentido, diversos especialistas independentes das Nações Unidas, que já antes da aprovação tinham instado Israel à retirada do projeto de lei, reiteraram que a legislação viola o direito à vida, consagrado no artigo 6.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, e que a utilização de definições vagas de "terrorismo" pode conduzir à aplicação da pena de morte a condutas que não configuram verdadeiramente atos terroristas³. O Presidente da Autoridade Palestiniana, Mahmoud Abbas, também condenou a aprovação da legislação, tendo alertado para a violação do direito internacional e salientado que se trata de mais uma tentativa de intimidação do povo palestino⁴.

O LIVRE entende que esta iniciativa representa uma violação grave e deliberada do direito internacional dos Direitos Humanos e do direito internacional humanitário, agravando de forma significativa a situação dos Direitos Humanos nos territórios palestinos ocupados. Ao consagrar um regime punitivo diferenciado em função da origem étnica e nacional, Israel viola não apenas o artigo 6.º, mas também o artigo 26.º do Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, que proíbe qualquer discriminação injustificada perante a lei, e aprofunda o fosso que separa as partes de qualquer solução que conduza à paz e à estabilidade na região.

Assim, a Assembleia da República condena, com veemência, a aprovação desta lei, pelo Knesset, que constitui uma violação grave do direito à vida e do princípio da não discriminação e que compromete irremediavelmente qualquer perspectiva de solução pacífica e duradoura entre Israel e a Palestina.

Assembleia da República, 1 de abril de 2026

As Deputadas e os Deputados do LIVRE

Paulo Muacho

Filipa Pinto

Jorge Pinto

Patrícia Gonçalves

Rui Tavares

Tomás Cardoso Pereira

² [Secretary General Alain Berset urges Israel to abandon plans to expand the death penalty - Portal](#)

³ [Israel: UN experts urge withdrawal of death penalty bill - Question of Palestine](#)

⁴ [Médio Oriente: Autoridade Palestiniana acusa Israel de tentar "legitimar execuções..."](#)